

Os autores partem do fato de que, se o quarto evangelho se distingue pelo seu caráter querigmático, a primeira carta de João é caracterizada pelo seu tom parenético, exortativo, prático. É rica, portanto, em “ensinamento ético”. Nela, o Discípulo Amado insiste na dupla atitude fundamental que deve caracterizar seus “filhinhos”: a fé, precisamente a fé cristológica, e o amor, o amor fraterno. Mas que “amor”? Não o amor-unificação mística do gnosticismo, mas antes o amor-engajamento da tradição bíblica. É nesta perspectiva que os autores elencam os indícios para a ética cristã, que aparecem na carta, fazendo-o de duas maneiras: percorrendo os blocos temáticos dos seus cinco capítulos, e destacando os temas neles predominantes.

O ensinamento ético da 1ª Carta de João

Crer e amar – Crer no amor

*Pe. Ney Brasil Pereira**
*e Pe. Johan Konings SJ**

Os autores:

Pe. Ney Brasil Pereira é Mestre em Ciências Bíblicas, Professor no ITESC e atualmente é membro da Pontifícia Comissão Bíblica.

Pe. Johan Konings é Doutor em Ciências Bíblicas, Professor na Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus em BH e, entre outras obras, editor da Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB) e da Bíblia da CNBB.



Se o quarto evangelho se distingue pelo seu caráter querigmático, de proclamação, a 1ª carta de João é caracterizada pelo seu tom parenético, exortativo, prático. É rica, portanto, em “ensinamento ético”. O autor, preocupado com seus “filhinhos”, que começavam a ser desorientados por “falsos mestres”, sentiu a necessidade de reafirmar seu testemunho pessoal sobre o Lógos encarnado e insistir sobre o essencial da vida cristã. Contra esses “falsos mestres”, que costumam ser identificados com os gnósticos, e que pretendiam salvar-se pela gnose, um pretense “conhecimento” ou “ciência”, e desprezavam os que não aderissem às suas idéias, o Discípulo Amado insiste na dupla atitude fundamental que deve caracterizar os filhinhos: a fé – precisamente a fé cristológica, e o amor – o amor fraterno.

Esta insistência no essencial nada perdeu da sua atualidade. No meio da agitação da vida moderna, e na multiplicidade de informações e conhecimentos, na multiplicação também de códigos e normas e leis, e no desvio da atenção para tantas coisas acidentais, faz bem retornarmos ao essencial. E nessa reafirmação do essencial João é mestre incomparável. Assim, ele não multiplica normas, mas reafirma certezas. Embora advirta contra *os que vos querem enganar* (2,26), o tema da sua carta é mais pastoral do que polêmico. João escreve a seus filhinhos com um tríptico objetivo: *para que a nossa/vossa alegria seja completa* (1,4), *para que não pequeis* (2,1), e *para que saibais que tendes a vida eterna* (5,13). Ele quer infundir, portanto, *alegria, santidade, certeza*¹. E disto assegura seus destinatários, de ontem e de hoje.

Como o quarto evangelho, a primeira carta é permeada pela mística do amor, o grande mandamento do qual deriva todo comportamento ético. A mística do amor deve ser vista no contexto religioso-cultural da carta, que, por um lado, respira a tradição bíblica da Lei, dos Profetas e dos Sábios, e por outro lado marca sua posição em relação ao incipiente gnosticismo (o qual, a bem da verdade, não é grego mas helenístico, isto é, amplamente influenciado pela Ásia e pelo Egito, e não alheio a certas formas do judaísmo de então). Daí um *a priori*: o “amor” na 1Jo será antes o amor-engajamento da tradição bíblica do que o amor-unificação mística do gnosticismo. É nesta perspectiva que se apresenta o elenco dos indícios para a ética cristã, que aparecem na carta. E isto, correndo o risco de alguma repetição, de duas maneiras: 1) percorrendo os blocos

¹ STOTT, John R.W., *I, II e III João, Introdução e Comentário*, edit. Mundo Cristão, SP, 1982 (trad.), p. 37



temáticos da carta, na seqüência do próprio texto; 2) destacando os temas predominantes.

1 Os blocos temáticos (Konings)

1.1 Não pecar, ainda que sejamos pecadores (1,5-10). Não se pode dizer que se está *na luz* (terminologia gnóstica) quando se anda nas trevas. “Estar na luz/andar nas trevas” combina a terminologia judaica do “caminhar” (=comportamento ético) e dos dois caminhos (Sl 1) com a terminologia gnóstica, o “estar” na luz, na unidade etérea, ou no seu contrário, as trevas, a opacidade. A perspectiva bíblica considera a luz, não como um âmbito de unificação ou mesmo absorção mística, e sim, como a clareza que permite caminhar segundo a Torá (Sl 119,105). A luz gnóstica é para tomar banho de sol, a luz da Torá é para fazer caminho... O ambiente joanino conhece esta interpretação ética da luz (cf Jo 3,19-21), e seria interessante reler, nesta perspectiva, a cristologia joanina (Jesus como a *luz verdadeira* Jo 1,9; *caminhar na luz* enquanto Jesus e sua palavra está aí, Jo 12,35; e, mesmo, a vitória da “luz da vida” sobre as trevas, Jo 1,4-5). Não nos parece anti-joanino pensar que esta “luz prática” quer dizer a vitória sobre o pecado. Jesus é Palavra, e isto está muito perto da Sabedoria e da Torá. O estar/caminhar na luz é que cria a comunhão mútua entre os irmãos e sua purificação do pecado (1,7).

1.2 Observar os mandamentos (2,3-10). Aqui se mostra com toda a clareza o substrato judaico da 1Jo. A ética grega é de virtudes, não de mandamentos; é uma ética de auto-perfeição, não de obediência, como a ética bíblica. O critério para saber se estamos na verdadeira gnose, “*se O conhecemos*” (2,3), é o comportamento ético segundo os mandamentos. Devemos *caminhar* como Jesus caminhou (2,6): ele é a instrução viva da parte de Deus. Este mandamento é antigo, é a tradição da Torá, que todos conhecem (2,7). Mas esse mandamento antigo é novo, atualizado, em Cristo e em nós, pois a aurora do tempo definitivo já brilha (2,8). E este mandamento se resume no amor fraterno (2,9): amar os irmãos é andar na luz, sem tropeçar (2,10). Não precisamos de nenhuma iniciação gnóstica para tanto... Por outro lado, fazer pouco caso do irmão é andar nas trevas (2,11).

1.3 Como filhos de Deus (2,29—3,10). Quem pratica a justiça é nascido de Deus (2,29). Pelo que precede, podemos entender “justiça” como fazer a vontade de Deus, obedecer-lhe, portanto, amar os irmãos. Aliás, não podemos amar aquele que gerou, sem amar os que são por ele



gerados (5,1). Sempre em busca do conhecimento e da consciência certa (a verdadeira gnose), João ensina: *filhos de Deus* são os que praticam a justiça, isto é, amam os irmãos; e *filhos do diabo* são os que não amam os irmãos (3,10).

1.4 O mandamento do amor fraterno (3,11-24). Repetindo a instrução que vem “desde o princípio” (3,11), João comenta o episódio de Caim e Abel. Quem não ama o irmão é como Caim (3,12). Por outro lado, *sabemos* (=temos a verdadeira gnose) que passamos da morte para a vida (cf o recinto gnóstico) se amamos os irmãos. Mas é preciso determinar um pouco mais em que consiste o amor: *Jesus deu a vida por nós! E nós devemos fazer a mesma coisa*, se não morrendo, pelo menos partilhando (3,16-17). Não só da boca para fora, mas *com ações e em verdade* (3,18). Então teremos a segurança do coração em Deus, que está acima de tudo (3,20-21). Nesta altura, João lembra que “o mandamento” (Torá, instrução) é *crer em Jesus* e *amar o irmão*: os dois são inseparáveis.

1.5 O discernimento cristológico-ético dos espíritos (4,1-6). A comunidade joanina é carismática, profética. Com facilidade, alguém toma a palavra e profere “profecia” (como o autor do Apocalipse, por exemplo). Mas que espírito fala nele? Cuidado: tem de ser o espírito que *confessa Jesus vindo em carne*, ou seja, aquele Jesus que deu a vida por nós na cruz, não um ser meio-divino imaginado ao gosto gnóstico.

1.6 Deus é amor (4,7-21). Esse Jesus vindo em carne, pelo qual tomamos consciência do amor como dom e tarefa (3,16-17), é a manifestação do ser de Deus, que é *Amor* (4,8). Conhecer Deus (=ter experiência dele), só pela experiência do amor fraterno! Amor do qual Jesus, enviado por Deus, é o paradigma (*ele deu a vida por nós*, 3,16). Ele é a manifestação do Deus-Amor no meio de nós (4,9), esse Deus ao qual ninguém viu, mas que se revela em Jesus e no amor de Jesus (4,9 e 12). Se amamos os irmãos, estamos em Deus e disso temos conhecimento, “gnose”, pelo Espírito que ele nos dá: é o entusiasmo pneumático combinado com o amor fraterno e com a profissão de fé em Jesus, o Filho encarnado.

Se Deus é Amor, quem ama está unido a ele, e não deve existir a distância que se chama “medo”, ou temor (o termo gr. é o mesmo). Tomado ao pé da letra, João declara abolido o “temor de Deus”, com a condição que exista o amor. E amor aos irmãos, pois Deus não quer nosso amor de volta para ele, mas quer que amemos os nossos irmãos. (Observe-se que, nos escritos joaninos, não se encontra o mandamento de amar a Deus, e



sim, o do amor fraterno; aliás, também em Tg, Rm e Gl, o mandamento do amor só menciona o amor ao próximo: que se deva amar a Deus é dado por suposto, como aliás, na carta, em 4,20. É a dimensão antropológica da religião, afirmada com tanta insistência pelos profetas e tão bem sintetizada por Os 6,6: *É o hesed/amor que eu quero, e não zebah/imolação ritual*).

A fonte desse amor, portanto, é Deus. Ele, em Jesus, nos amou primeiro, e por isso nós também devemos amar os irmãos (4,19-21). *Como o Pai me amou, eu vos amei; como eu vos amei, amai-vos uns aos outros*: tal é o resumo de Jo 15,1-18. Deus é a fonte, Jesus o paradigma, de um amor que frutifica no amor fraterno e assim alegra o Pai.

1.7 Amor e fé que vencem o poder do mundo (5,1-5). A adesão à fé em Cristo é um novo nascimento, que conduz ao amor segundo o paradigma de Cristo. Assim se poderia resumir a revelação a Nicodemos, em Jo 3,1-21. É o que está, na carta, em 5,1. Quem crê em Jesus é gerado por Deus e conseqüentemente amará quem é gerado por Deus: o seu irmão. E esta fé, que observa os mandamentos (5,3), e portanto atua no amor fraterno (cf Gl 5,6), *vence o mundo*, o poder que se opõe ao amor de Deus que se revela em Cristo.

Uma observação ainda quanto a este “amor fraterno”, que pode parecer muito intra-comunitário, até sectário. João escreve para uma comunidade acuada pela perseguição e pelas dissensões. O amor intra-comunitário é vital. No evangelho, porém, se afirma que esse amor é um testemunho para fora, para o mundo: *Nisto conhecerão...* (Jo 13,35)

2 Temas predominantes (Pereira)

2.1 Koinonía – Comunhão. A koinonía é a finalidade imediata do anúncio apostólico (*isto vos anunciamos para que estejais em comunhão conosco*, 1,3), como seu fim último é a **alegria** (*para que a nossa/vossa alegria seja completa*, 1,4). Essa comunhão é a unidade da comunidade cristã, fundada sobre a comunhão com o Pai e o Filho (1,3: *e a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo*). Essa comunhão com Deus nos leva a caminhar na luz e a viver, conseqüentemente, em comunhão uns com os outros (1,7). Em outras palavras, a comunhão fraterna deve necessariamente fluir da comunhão com Deus, de tal forma que a verdadeira *aggelía* (o anúncio de Deus como Luz: 1,5) leve à perfeita *koinonía* (a comunhão dos que andam na Luz: 1,7)².

² Id., *ibid.*, p. 56



2.2 Pecado. A realidade ética negativa, que é o pecado, aparece ao longo de toda a carta, em todos os cinco capítulos. João começa afirmando que, *se caminhamos na luz, e em comunhão uns com os outros, o sangue de Jesus nos purifica de todo pecado* (1,7), isto é, de qualquer pecado que tenhamos cometido ou que possamos cometer. De fato, logo a seguir, adverte: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos* (1,8) e, mesmo, fazemos de *Deus um mentiroso* (1,10), pois sua Palavra declara muitas vezes que o pecado é universal (por exemplo, no Sl 14,3: *Estão todos desviados.. não há um que faça o bem...*).

Ao contrário, *se confessarmos*, isto é, se reconhecermos *nossos pecados, ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e purificar-nos de toda injustiça* (adikía: outro sinônimo de pecado, 1,9). Aqui, uma surpresa: João afirma que Deus *é justo para perdoar*, quando seria lógico afirmar que Deus “é justo para castigar”... Esse perdão, porém, supõe a “confissão”, o reconhecimento do pecado; e a própria Justiça de Deus, mais que vindicativa, é benfazeja, restauradora, e se revela esplendidamente no perdão.

No cap. 2,1, um dos objetivos da carta: *Isto vos escrevo para que não pequeis... mas se alguém pecar, temos como advogado* (paráclito) *junto do Pai Jesus Cristo, o justo. Ele, Jesus, é a vítima de expiação* (cf Lv 25,9) *pelos nossos pecados, e não só pelos nossos, mas pelos de todo o mundo* (2,2). Assim o autor reafirma, e modifica, Jo 1,29: Jesus é o *Cordeiro que tira o pecado do mundo* (“o pecado” no singular). Notar, neste v., (2,1), as duas afirmações em equilíbrio: “não pequeis”, denotando advertência, e “mas se alguém pecar”, demonstrando indulgência.

Desse “pecado do mundo” se fala também em Jo 16,9, onde ele é identificado com a atitude fundamental da incredulidade: *não creiam em mim...* enquanto os “pecados do mundo” são as ações, os atos pecaminosos decorrentes da incredulidade.

Na carta, portanto, João fala dos “pecados” no plural, as falhas da vida quotidiana, mesmo nas duas passagens em que lemos “o pecado” no singular: em 3,4, onde “o pecado” é identificado como *anomía* (transgressão, violação da Lei), e em 3,8, onde se afirma que “*é do diabo*” aquele que comete “o pecado”. Pelo contexto, porém, não parece tratar-se daquele pecado singular que é a incredulidade.

Em 2,12 o autor tranqüiliza os “filhinhos”, seus destinatários, assegurando-lhes que *seus pecados foram perdoados*, isto é, estão perdoados *por meio do seu nome*, a saber, por Jesus Cristo, nossa “*propiciação*” (2,2) e nosso “*advogado*” (2,1).



Depois de ter insistido, nos capítulos 1 e 2, no fato de que todos nós pecamos, João nos surpreende, na passagem de 3,6-9, ao afirmar a impecabilidade do cristão. De que “impecabilidade”, se trata? Não, certamente, da impecabilidade absoluta do Cristo (3,5: *nele não existe pecado*), mas da “opção fundamental” contra o pecado. Nesse sentido é que João afirma, em 3,6: *Todo aquele que permanece nele não peca*, isto é, não vive em pecado. *Todo aquele que vive em pecado não o viu nem o conheceu*, isto é: o verdadeiro conhecimento de Deus não pode coincidir com a vida em pecado. E em 3,9: *Todo aquele que nasceu de Deus não peca* (não vive pecando), *porque a semente de Deus permanece nele: não pode pecar, porque nasceu de Deus*. O que é completamente impossível ao nascido de Deus é a permanência no pecado, mesmo se aconteçam atos de pecado. E a esta convicção ele retorna no final da carta, em 5,18: *Sabemos que todo aquele que nasceu de Deus não peca*, isto é, não vive em pecado, *pois o gerado por Deus o guarda e o Maligno não o pode atingir*.

4,10: *Deus nos amou, e enviou-nos seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados* (cf 2,2: não só pelos nossos, mas pelos de todo o mundo!). Assim, a maior prova de amor não é a encarnação como tal, mas a encarnação levada ao seu extremo no auto-sacrifício expiatório, a expiação pelos nossos pecados (cf 3,16: *nisto conhecemos o Amor: Ele deu a vida por nós*).

Pelo final da carta, João fala de um *pecado que conduz à morte* (5,16), “a respeito do qual” recomenda que *não se ore*, à semelhança da exclusão do “mundo” na oração do Senhor em Jo 17,9. Que pecado é esse? A incredulidade obstinada, que equivaleria ao “pecado contra o Espírito Santo”, mencionado nos sinóticos (Mc 3,28-29)? Ou a saída da comunidade, como na própria carta, em 2,18-19? Ou a apostasia, como na carta aos Hebreus 6,4-8?³

2.3 Mandamentos e o Mandamento. Na 1ª carta não aparece a palavra *nómos*, a Lei, que é solenemente mencionada no prólogo do evangelho: a Lei, *dada por Moisés*, e contraposta à *graça e verdade* que nos vieram por Jesus Cristo (Jo 1,17). Aparece, porém, o termo *anomía*, transgressão da Lei, como o conteúdo do pecado: *Quem comete o pecado, comete a violação da Lei* (3,4).

³ BROWN, Raymond E., *The Epistles of John*, The Anchor Bible 30, Doubleday, New York, 1983, pp. 612-617



Entretanto, mesmo sem identificá-los, a carta insiste nos **mandamentos** de Deus, dizendo que observá-los é a prova de que *conhecemos a Deus* (2,3). E reafirma: *Quem diz que conhece a Deus, mas não guarda os seus mandamentos, é mentiroso e a verdade não está nele* (2,4).

Portanto, para João, “conhecer a Deus” = guardar seus mandamentos.

Em 2,7-8 João fala do *mandamento novo*, que é também “antigo”, porque recebido “desde o princípio” da pregação do evangelho. E no entanto é “novo”, porque definitivo, porque elevado ao nível supremo por Jesus, que nos ordenou *amar-nos uns aos outros* como *Ele nos amou e nos ama* (Jo 13,34). Esse “mandamento novo” é o de amar o irmão, a irmã. Aliás, João não considera expressamente o “não amar”, a omissão do amor, que para ele já é *odiar*, e “odiar” é permanecer na escuridão (2,9.11).

Em 3,23, João menciona “o mandamento” no singular, um mandamento que, à semelhança do “único” mandamento dos sinóticos, é duplo. Só que, nos sinóticos, trata-se de *amar a Deus* e *amar o próximo*, enquanto, em João, trata-se de *crer* e *amar*: *Este é o seu mandamento: crer no nome do seu Filho, Jesus Cristo* e *amar-nos uns aos outros*, como Ele nos deu **o mandamento** (cf Gl 5,6: a fé, ativa pela caridade... Tg 2,14-17: a fé e as obras)

Como “crer” e “amar” podem ser mandamentos? É porque a fé não é apenas intuição, e o amor não é só uma emoção, que pareceriam estar fora da esfera do dever⁴. Pelo contrário, a fé cristã é uma resposta obediente à auto-revelação de Deus em Jesus Cristo (a “obediência da fé”, segundo Rm 1,5 e 16,26). Aí está porque a incredulidade é “o pecado do mundo” (Jo 16,9) e o incrédulo já está condenado (Jo 3,18) Da mesma forma, o amor fraterno é a resposta obediente ao projeto divino de fraternidade, expresso na segunda tábua da Lei.

Em 3,24 João fala da “permanência mútua” do cristão em Deus e de Deus no cristão, naquele que *guarda os seus mandamentos*. É a “permanência mútua” semelhante à que Jesus pede e promete a seus discípulos na alegoria da videira (Jo 15,4-10), condicionada também à observância dos mandamentos, no caso, os mandamentos de Jesus! Essa

⁴ STOTT, John R.W., op. cit., p. 177



“permanência mútua”, portanto, não é uma experiência pretensamente mística que qualquer um poderia alegar que tem, mas deve ser comprovada pela prática: uma fé, portanto, encarnada.

Em 4,21 temos a formulação joanina do mandamento sinótico do amor a Deus e ao próximo: *Este mandamento dele recebemos: aquele que ama a Deus, ame também seu irmão. Pois quem diz que ama a Deus, mas odeia seu irmão – que é a imagem de Deus – é mentiroso. Pois quem não ama seu irmão, a quem vê, não poderá amar a Deus, a quem não vê!* (4,20)

A propósito, notem-se as “mentiras” denunciadas na carta⁵:

- 1) alegar que conhecemos a Deus, quando não guardamos seus mandamentos... 2,4
- 2) alegar que possuímos o Pai, quando negamos a divindade do Filho... 2,22s
- 3) alegar que amamos a Deus, quando odiamos os irmãos... 4,20

Portanto, somente a obediência, a fé cristológica e o amor fraterno comprovam a veracidade da nossa alegação de que conhecemos, possuímos e amamos a Deus.

Em 5,2 temos uma afirmação surpreendente sobre o amor fraterno, o qual só é autêntico quando brota do amor de Deus e da obediência : *Nisto reconhecemos que amamos os filhos de Deus: quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos.*

Em 5,3 João reafirma que o amor a Deus não é uma experiência emocional mas, antes, uma obediência moral, a qual não é “pesada”, pois não oprime, mas liberta: *Este é o amor de Deus: guardar os seus mandamentos* (cf Jo 14,15), *e seus mandamentos não são pesados* (cf os “fardos pesados dos fariseus”, Mt 23,4; e o “jugo suave” de Jesus, Mt 11,30)

2.4 Amor... Amar. Na carta, João usa 26 vezes o verbo *agapân* e 18 vezes o substantivo *agápê*, sem recorrer aos sinônimos *fileîn* e *filía*. Para ele, trata-se do amor oblativo, de doação, capaz do auto-sacrifício, concretizado na prática de Jesus (3,16) e constituindo “o mandamento” por excelência (3,23 e 4,21), “antigo” mas também “novo” (2,7-8). É um valor tão alto, que ele não titubeia em definir Deus como **Amor**. Assim

⁵ Id., *ibid.*, p. 147



como o definira, no evangelho (Jo 4,24), como *pneuma*/Espírito e, ainda na carta, como *fôsl*/Luz (1,5), agora, por último, por duas vezes, o define como *agápêl*/Amor (4,8.16). Foi preciso que se escrevesse toda a Bíblia, a Lei, os Profetas, os Sábios, e foi preciso também que a Palavra se encarnasse e habitasse entre nós, e desse a vida por nós, para só então, *tendo conhecido o Amor* (3,16), João poder revelar e proclamar: *Deus é Amor*.

O tema percorre toda a carta, desde 2,5 até 5,3. E João começa alertando para a concretude do amor: *O amor de Deus* (=a Deus) é aperfeiçoado, *teteleiôtai*, naquele que *guarda*, isto é, cumpre, realiza, *a sua palavra* (2,5). Não é, portanto, o amor sentimental ou o de uma suposta experiência mística. Ainda quanto ao amor de Deus para conosco, a sua prova está no fato de *sermos chamados*, e o sermos de fato, *filhos de Deus* (3,1)

Quanto ao amor fraterno: *quem não ama o irmão, não pratica a justiça* (3,10). Esse amor, ainda, deve levar-nos à prontidão para darmos, pelo irmão, a nossa própria vida, à semelhança de Jesus (3,16)... e não pode ser um amor *de palavras nem de língua, mas por ações e em verdade*, um amor que *não fecha o coração ao irmão necessitado* (3,17-18; cf Tg 2,15-16).

Ainda quanto à afirmação de 3,16 (*nisto conhecemos o Amor: Ele deu a vida...*), recorde-se a afirmação do próprio Cristo em Jo 15,13: *ninguém tem maior amor do que aquele que dá a própria vida*. A propósito, na carta aos gálatas, referindo-se a essa entrega de amor do Cristo, Paulo faz uma dedução pessoal, diferente da de João: *Eu vivo na fé do Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim*.

Notar ainda, em 3,12, o contraste com *Caim*, o triste exemplo do ódio fratricida.

Em 3,14, João afirma que *passamos da morte para a vida quando amamos os irmãos*, afirmação que completa o que se lê no evangelho em Jo 5,24: *passa da morte para a vida aquele que crê...* As duas perspectivas estão incluídas num dos versículos capitais da carta, 3,23, no qual o apóstolo proclama “o” mandamento por excelência: *crer* no nome do Filho, Jesus Cristo, e *amar-nos* uns aos outros.

Sempre insistindo no essencial, o amor fraterno, João argumenta que *o amor é de Deus e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus, pois Deus é Amor* (4,7), afirmação suprema que ele repete em



4,16. Descrevendo o amor de Deus para conosco, ele afirma que *esse amor se manifesta pelo envio de seu Filho ao mundo*, amor gratuito e não merecido: *Ele nos amou primeiro* (4,10 e 4,19). Bela argumentação também a de 4,12: o Deus invisível se revela agora em nosso amor e, mais ainda, seu amor é visto em nosso amor. Também por isso, esse amor é objeto de fé: no amor do irmão *reconhecemos o amor de Deus e nele acreditamos* (4,16).

Outra afirmação surpreendente em 4,16-17, onde João parece relativizar o “temor de Deus”, que é o tradicional “princípio da Sabedoria” (Pr 1,7; 9,10 etc). De fato, segundo João, o *perfeito amor* não pode coexistir com o temor, entenda-se o “medo” de Deus, antes *lança-o fora* (4,18) e nos garante a plena confiança/*parrêsia* no dia do Julgamento. Isto nos faz lembrar o aforisma de Agostinho: “Ama, e faze o que quiseres”...

Em 4,20-21 João reafirma que o amor de Deus se comprova pelo amor fraterno: quem ama a Deus, ame também o seu irmão. E adverte: é *mentiroso, aquele que diz que ama a Deus, mas não ama seu irmão* (4,20).

Em contraste com toda essa insistência no amor fraterno, e no amor como sendo a própria essência de Deus, João adverte contra o amor do mundo: *Não ameis o mundo nem o que há no mundo*. E insiste: *Se alguém ama o mundo, não está nele o amor do Pai* (2,15). De que “mundo” se trata? Não do “mundo” que é amado por Deus (*Deus amou tanto o mundo que lhe enviou seu Filho...* Jo 3,16), mas do “mundo” que é excluído da oração do Senhor em Jo 17,9 e que é por ele vencido (Jo 16,33), o “mundo” que se obstinou no mal e está *em poder do Maligno* (5,19b), “mundo” ao qual não podemos conformar-nos, segundo Rm 12,2, “mundo” que se identifica com o “sistema” político-econômico-ideológico que nos envolve e quer prender-nos em suas malhas... A esse “mundo”, com seus “ídolos” (5,21), não devemos amar, como também nos adverte Tiago: *a amizade do mundo é inimiga de Deus!* (Tg 4,4)!

2.5 Justiça/injustiça. Sem dar à “justiça” a relevância que lhe dá Mateus (a “justiça” que o Cristo vem cumprir, Mt 3,15; a “justiça” da qual devemos ter fome e sede, Mt 5,6 e pela qual seremos perseguidos, Mt 5,10; “justiça” que deve ser mais abundante que a dos escribas e fariseus, Mt 5,20 e que não deve ser praticada por ostentação, Mt 6,1, mas que deve ser procurada em primeiro lugar, junto com o Reino de Deus, Mt 6,33), João por três vezes fala em *praticar a justiça*, dizendo



que *quem pratica a justiça nasceu de Deus* (2,29) e *é justo* (3,7), ao passo que *quem não pratica a justiça não é de Deus*, como também não é de Deus *quem não ama o seu irmão* (3,10). Pelo contexto da carta, portanto, “praticar a justiça” é cumprir os mandamentos, especialmente o amor fraterno.

Em 1,9 e 5,17 João fala de *toda injustiça*, ou seja, a violação da justiça, como sinônimo do pecado: *toda injustiça é pecado* (5,17).

2.6 Conhecer. Para expressar o “conhecimento”, João emprega o verbo *ginôskein*, diferente de “saber”, *eidénai*. Ao longo da carta, ele insiste na concretude desse “conhecimento”, que só é autêntico se comprovado pela prática dos mandamentos: só “conhece” a Deus *quem guarda os seus mandamentos* (2,3 e 2,4), só “conhece” a Deus *aquele que ama seu irmão* (4,7 e 4,8). De que “conhecimento” se trata? Não da pretensa *gnôsis* dos gnósticos, mas do *conhecimento* que, segundo Oséias e Jeremias, leva à prática da justiça em relação ao próximo. Assim, Oséias, ao denunciar a “falta de conhecimento de Deus” na Samaria, no início do capítulo 4º do seu livro, comprova esta denúncia pelo fato de que eles *perjuram, mentem, roubam, assassinam...* (Os 4,1-2) E Jeremias, fazendo a memória do justo rei Josias, afirma: *Ele praticou o direito e a justiça... julgou a causa do mísero e do pobre... não é isto conhecer-me?* (Jr 22,15-16) Portanto, segundo Jeremias, a prática da justiça e a defesa do pobre eram a prova de que Josias tinha o verdadeiro *conhecimento de Deus*, que João traduz, aqui, pela expressão mais geral “observar os mandamentos”, mas que mais adiante ele concretiza no “mandamento” por excelência: *amar o irmão* (3,23 e 4,21).

2.7 Concupiscência. O termo “concupiscência” traduz o gr. *epithymía*, que pode traduzir-se também por “desejo”, “cobiça”, e se encontra só na passagem em que João caracteriza o “mundo” que não deve ser amado (2,15-17): o “mundo”, “com a sua concupiscência”. Passagem breve, mas de densidade e atualidade extraordinária.

A tríade “*concupiscência da carne, concupiscência dos olhos, soberba da vida*” expressa uma totalidade em três membros, como as três tentações do Senhor em Mateus e Lucas. É uma tríade que não diz tudo, mas é sem dúvida significativa. Várias equivalências têm sido propostas, por exemplo: a inveja, o desejo, a ambição, segundo os rabinos (*Pirqey Aboth* 4,21); a luxúria, a avareza, a soberba, segundo os medievais; ou o prazer, o ter, o poder, dos modernos; ou o pan-sexualismo, o consumismo, a ostentação...⁶

⁶ BROWN, Raymond E., op. cit., pp. 307-313



Em 2,17, a síntese conclusiva, contrastando o “mundo” com *aquele que faz a vontade de Deus: esse, permanece para sempre*, enquanto o mundo, com a sua concupiscência, passa, não permanece.

Conclusão

Salta aos olhos a riqueza, e ao mesmo tempo a simplicidade, e a praticidade, do ensinamento ético da primeira carta de João: *crer e amar*: crer em Jesus, e amar os irmãos. É a ética fundamental do amor, que tem por modelo o dom da vida de Jesus, por “obediência” ao Pai, ou seja, como maneira de realizar o que o Pai quer para seus filhos, aqueles que ele gerou – isto é, numa perspectiva próxima e real, a comunidade dos “filhinhos”. Sem o amor a esses que, juntamente conosco, são “gerados do Pai”, não se pode falar em amor ou ética. O amor começa na casa da fé – da fé cristológica – como testemunho para todos. Amor que é “mandamento”, instrução, Torá, como toda a ética bíblica. Não amor como sentimento arbitrário. Num romance não se pode mandar amar, mas na Bíblia sim! Porque o amor é o projeto de Deus para com seus filhos, que deve ser decididamente assumido, em conflito com o poder maligno que impulsiona para a direção contrária.” É esse amor e essa fé que vencem o mundo.

Endereço dos autores:

Pe. Ney Brasil Pereira
Caixa postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC
email: neybrasi@terra.com.br

Pe. Johan Konings SJ
Caixa postal 5047
31611-970 BELO HORIZONTE, MG
email: koningsj@cesjesuit.br